



Uma reflexão sobre a Inclusão digital como forma de transformação e capacitação dos indivíduos

Fabiana Martendal (UNIOESTE) fabimartendal@hotmail.com.br

Coautor Sandra Mara Stocker Lago (UNIOESTE) Sandra.lago@unioeste.br

Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir sobre a inclusão digital como forma de transformação e capacitação dos indivíduos. Inicialmente foi realizado um levantamento através de estudos bibliográficos da situação atual do Brasil a respeito da inclusão digital, bem como sobre a importância da inclusão digital, quais as políticas públicas e privadas que existem e fomentam esta iniciativa a fim de capacitar a sociedade para seu desenvolvimento, tanto dos indivíduos como das comunidades promovendo transformações sociais. Também se busca apresentar dados e índices atuais a respeito da acessibilidade do indivíduo a internet, e apresentar projetos e programas de inclusão existentes no país, suportada pela iniciativa pública e privada, além de buscar identificar os resultados obtidos em programas de inclusão digital. No que se refere aos procedimentos de coleta de dados foram empregados, além da pesquisa bibliográfica, entrevistas semiestruturadas com responsáveis por projetos de inclusão digital. Os principais resultados obtidos neste artigo, foram a melhor compreensão sobre o tema e sobre como afeta diretamente a capacitação do indivíduo transformando sua vida na sociedade, e a confirmação de que é um tema de pesquisa importante e emergente que elucida um problema contemporâneo para o desenvolvimento de todos e do país.

Palavras-chave: Inclusão Digital, Inclusão Social, Capacitação, Tecnologia.

Área Temática: Áreas Afins das Ciências Sociais Aplicadas

1. Introdução

Em virtude da revolução tecnológica e da informação digital que se faz presente e necessária na vida de qualquer cidadão, e conseqüentemente da sociedade, o conhecimento e domínio da tecnologia torna-se fator essencial para a inclusão do indivíduo na sociedade. Pode-se constatar que a tecnologia esta presente em toda parte: ao utilizar o telefone, ao assistir televisão, no agendamento para consultas médicas ou para contar o tempo de serviço no INSS (Instituto Nacional da Seguridade Social), ao utilizar um terminal bancário, declarar imposto de renda, na pesquisa de rota para saber como chegar a um determinado endereço, ao pesquisar a bula de um medicamento, etc.



O fato é que as pessoas estão se tornando cada vez mais dependentes da tecnologia, no entanto, a sociedade não evoluiu com a mesma rapidez a ponto de caminhar em paralelo com a tecnologia, e esta transmutação progressiva, rápida e contínua que invadiu lares, empresas, e instituições públicas e privadas em contrapartida a estagnação social, trouxe como consequência a exclusão do indivíduo, que não consegue acompanhar estas transformações por motivos diversos.

Dessa maneira, segundo Gouveia (2002), se faz necessário para garantir a justiça social, a ética e o respeito aos direitos humanos do cidadão, que o Estado lhe garanta condições e ferramentas para prover o acesso à tecnologia da informação ou, que viabilizem que outros o façam.

É preciso, portanto, buscar maneiras para corrigir este problema social que a revolução tecnológica assim como toda ciência cria, mas não consegue responder. Em decorrência destas grandes transformações da sociedade do século XXI, vem se discutindo ininterruptamente a importância da inclusão digital, vive-se a era da informação em consequência da internet que favoreceu a integração global entre os países, tornando a sociedade informatizada, permitindo um fluxo veloz de informações e favorecendo o acesso a novos conhecimentos, no entanto, em contrapartida, ampliaram as dificuldades de integrar os seres humanos as novas tecnologias.

As práticas de inclusão digital do indivíduo devem fomentar o desenvolvimento que impulsiona a capacitação do mesmo, para que este tenha condições de buscar informação e conhecimento através da tecnologia da informação e comunicação, habilitando-o para ser capaz de aplicá-las em seu contexto social. O autor (Buzato apud Silva et al, 2003) enfatiza que ciência, tecnologia e inovação são atividades importantes para sociedade em seu processo de desenvolvimento.

Partindo deste princípio, este artigo tem por objetivo geral discutir sobre a inclusão digital como forma de transformação e capacitação dos indivíduos. Para isso buscou-se, abordar o tema inclusão digital e sua importância, fazer um breve levantamento de projetos existentes, para conhecer melhor como as organizações que promovem ações de inclusão digital e como buscam a melhoria da qualidade de vida do cidadão incluído e da própria comunidade através de suas práticas de acesso à ferramentas da tecnologia e internet.



A metodologia utilizada nesta pesquisa se deu através de pesquisas bibliográficas e contato por meio de entrevistas semi-estruturadas com responsáveis por alguns projetos de inclusão digital que foram citados neste estudo.

A seguir, o artigo expõe breve fundamentação teórica sobre a inclusão digital. Na sequência, apresenta-se uma explanação sobre as iniciativas públicas e privadas de inclusão digital, com o relato das entrevistas obtidas com os responsáveis por projetos de inclusão digital, onde os dados são analisados indicando os resultados alcançados nesta pesquisa e, finalmente, são apresentadas as considerações finais e as sugestões para futuras pesquisas.

2. Inclusão Digital

A tecnologia está cada vez mais presente, principalmente dentro dos lares dos cidadãos, assim como nos celulares e em outras ferramentas que já se tornaram indispensáveis no cotidiano das pessoas. Em decorrência disso se discute cada vez mais a respeito da importância da inclusão digital. Segundo Cruz (2004, p 9-10):

A inclusão digital deve favorecer a apropriação da tecnologia de forma consciente, que torne o indivíduo capaz de decidir quando, como e para que utilizá-la. Do ponto de vista de uma comunidade, a inclusão digital significa aplicar as tecnologias a processos que contribuam para o fortalecimento de suas atividades econômicas, de sua capacidade de organização, do nível educacional e da autoestima dos seus integrantes, de sua comunicação com outros grupos, de suas entidades e serviços locais e de sua qualidade de vida.

O autor ainda reforça que na sociedade atual o conhecimento cada vez mais é considerado riqueza e poder, e que o desenvolvimento socioeconômico e político do país passam também pelas chamadas TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação (Cruz, 2004).

Desse modo, pode-se inferir que a inclusão digital se trata de um processo que integra não somente o acesso às tecnologias como também a capacitação para melhor uso das ferramentas que a tecnologia da informação apresenta, e nesse aspecto alguns detalhes precisam ser levados em consideração, pois apenas disponibilizar máquinas para o acesso sem nenhuma instrução não vai contribuir para o desenvolvimento da sociedade da informação,

apenas maquam a verdadeira realidade dos cidadãos e das comunidades. Para que os resultados da inclusão digital sejam positivos e determinantes no futuro é necessário um processo de alfabetização dos usuários. De acordo com Nazareno et al. (2006, p. 13)

Inclusão digital é o processo de alfabetização tecnológica e acesso a recursos tecnológicos, no qual estão inclusas as iniciativas para a divulgação da Sociedade da Informação entre as classes menos favorecidas, impulsionadas tanto pelo governo como por iniciativas de caráter não governamental.

Uma revolução tecnológica está ocorrendo em todo o mundo, porém é importante ressaltar que no Brasil ainda se apresenta sérios problemas sociais de desigualdade que refletem na desigualdade digital, segundo Nazareno et al. (2006, p 14) a “expressão vem sendo empregada para indicar falhas no provimento pelos governos de acesso universal a serviços de formação e comunicação, indistintamente a todos os cidadãos”. Analisando as palavras do autor em um momento em que empresas e governo estão migrando informações e serviços para os meios eletrônicos, é possível entender o quão importante e necessária é a contribuição das entidades públicas ou privadas para a inclusão digital dos cidadãos, possibilitando a todos de exercer seus direitos, através do acesso ao meio digital, que poderá beneficiar não somente o indivíduo como o próprio desenvolvimento econômico do país e em vantagens competitivas que podem ser desenvolvidas nas empresas através de recursos humanos bem capacitados e preparados para tirar maior proveito das tecnologias.

Segundo a pesquisa nacional por amostra de domicílios realizada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no ano de 2011, com relação ao acesso à Internet nos últimos três meses em qualquer local, para todos os moradores com 10 anos ou mais de idade, entre os anos de 2005 e 2011 o número de internautas no Brasil cresceu quase 46 milhões equivalendo a 46,5% da população total, sendo estes a população de 10 anos ou mais de idade. Comparando gradativamente este crescimento, de 2005 para 2008 a população dos internautas somavam 34,7%, em 2009 este índice subiu para 41,6%, e por fim em 2011 foi de 51,3% (IBGE,2015).

Segundo os dados da pesquisa realizada pelo IBGE, as unidades da federação que apresentaram maior percentual de pessoas tendo acesso a internet, no ano de 2011, foram Distrito Federal (71,1%), São Paulo (59,5%) e Rio de Janeiro (54,5%). E as unidades que apresentaram menor percentual foram Maranhão (24,1%), Piauí (24,2%) e Pará (30,7%).



Nesta pesquisa são analisados o índice de acesso a internet dividido por grupos como: por sexo, por grupos etários, por anos de estudo, por frequência escolar, situação de ocupação, rendimento mensal domiciliar *per capita*, entre outros (IBGE, 2015).

De acordo com pesquisas do Ibope e- Ratings, apud Nazareno et al. (2006), a internet comercial existe no Brasil desde 1995, e apesar disso no ano de 2004 apenas 30,3 milhões da população usavam a rede mundial, 14 milhões em casa e cerca de 16 milhões acessavam a rede fora de sua residência: na escola, no trabalho, na casa de amigos entre outros.

Em uma pesquisa mais atual do IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística), realizada em 2014 com a população acima de 16 anos, que utilizou como critério a classificação econômica no Brasil por classes, constatou que a classe A, que representa apenas 2% da população, possui 4% dos usuários de internet do país, enquanto a maioria se concentra nas classes B (34%) e C (52%). Por outro lado, as classes D/E representam 21% da população, mas reúnem apenas 10% dos internautas. Significa que uma em cada cinco pessoas das classes D/E acessa a internet (IBOPE, 2015).

A mesma pesquisa (IBOPE, 2015) constatou que apenas 7% dos internautas brasileiros tem idade acima de 55 anos, e que os usuários de internet que estudaram até o ensino fundamental são minoria na rede (20%), mas maioria no país (45%). Sem dúvida a informática, as TICs, e o mundo digital não tem mais a ver com computadores, tem a ver com a vida das pessoas, e o seu ritmo de crescimento ao longo dos anos, como antes já citados através de pesquisas é persistente, o que torna a inclusão digital uma necessidade inerente para o cidadão do século XXI, e que segundo Gouvêa (2002, p.11) “(...) constitui uma questão ética oferecer essa oportunidade a todos, ou seja, o indivíduo tem o direito à inclusão digital, e o incluído tem o dever de reconhecer que esse direito deve ser estendido a todos”

A grande maioria dos autores cita a alfabetização como parte fundamental da inclusão digital, porém esta expressão provoca controvérsias em paralelo ao conceito de alfabetização. Para (Silva et al. apud Buzato, 2003). Pessoas alfabetizadas não são necessariamente “letradas”. Mesmo sabendo “ler” e “escrever”, isto é, codificar e decodificar mensagens escritas, muitas pessoas não aprenderam a construir uma argumentação, interpretar um gráfico, etc.. A essa competência o autor denomina letramento que se constrói na prática social, adotando então o termo letramento digital, ou seja, não se trata de ensinar a pessoa a codificar ou decodificar, que o autor compara a usar teclados ou programas de computador, mas de inserir-se em práticas



sociais, isto é, capacitar a pessoa para localizar, filtrar e avaliar criticamente a informação eletrônica.

Em síntese, fica claro que a inclusão digital não se trata apenas de ter computadores (*hardwares* e *softwares*), distribuí-los à população de baixa renda ou alocá-los em uma sala de aula para alunos e professores sem instrução suficiente. Estes são apenas alguns fatores que influenciam na inclusão. Constata-se que a inclusão digital se torna importante para todo cidadão, por constituir-se um direito já que garante o acesso a informação, além de tornar o indivíduo capaz de identificar estas informações, organizá-las e aplicá-las na prática, e no seu contexto social, desenvolvendo uma competência crítica.

Debates científicos e discussões sobre o assunto tomaram corpo no Brasil em meados da década de 90, no entanto, nos dias atuais ainda se depara com pessoas que nunca tiveram acesso, ou tiveram muito pouco acesso a ferramentas de informatização, fato este que institui a necessidade de se empreender esforços que envolvam toda a sociedade nas práticas que promovam primeiramente a educação para a informação, como defende Freire (2002, p.11)

(...) mais que organizar e processar conhecimento científico, como antes dos primórdios da ciência da informação, será importante prover seu acesso público através das mais diversas formas e dos mais diversos canais de comunicação, de maneira que essa nova força de produção social possa estar ao alcance dos seus usuários potenciais. A comunicação do conhecimento é o que pode garantir a diminuição da desigualdade social e conseqüentemente uma aplicação contínua no combate a exclusão digital.

A citação do autor dá margem a outro fator que se pode descrever como a ponte capaz de integrar o indivíduo e a tecnologia: a educação, inserida na figura do voluntário, dos instrutores ou do mediador que possibilita a diminuição da brecha entre a aprendizagem significativa que viabiliza todo o processo de inclusão.

Conclui-se nessa reflexão que a exclusão digital no Brasil possui forte correlação com a desigualdade social e que ocorrem em maior concentração nas classes de baixa renda. O termo Inclusão Digital, não se trata apenas de promover acesso as TIC's, mas de capacitar o indivíduo para retirar o máximo proveito das ferramentas tecnológicas em seu potencial máximo a partir de sua capacidade intelectual, e aplicá-las em seu contexto social.



3. Iniciativas públicas e privadas de inclusão digital

Sobre os aspectos governamentais incluir os indivíduos se trata de providenciar lugar, ferramentas e pessoas preparadas para realizarem esta alfabetização digital. Partindo desta premissa, fica claro que o Estado deve implantar de forma sustentável e com seriedade políticas de inclusão que visem reforçar sua função de assistência às comunidades.

Em 26 de agosto de 2015, representantes do governo e de 15 organizações sociais se reuniram para discutir estratégias de criação de uma política de inclusão digital nacional, apostando em ações articuladas a outras esferas do governo e também da sociedade em prol de atingir maior amplitude. De acordo com o secretário de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações (MC), Jefferson D'Avila, o desejo do governo é de que a inclusão digital faça parte da formação do cidadão, assim é dever do governo equilibrar os processos criando condições iguais para todos (MC, 2015). Com este novo sistema, o desafio será articular as iniciativas de inclusão digital federais às de outras esferas e com outras iniciativas como a de mídia livre e a de pontos de cultura. Esta nova política deve ser implantada a partir de 2016.

O Ministério da Comunicação possui uma secretaria própria para gerenciar o tema, a SID (Secretaria de Inclusão Digital), criada em 2011, para formular e executar ações na área de tecnologia de informação, comunicação e tecnologia digital, de acordo com o MC (2015) à esta secretaria compete primeiramente formular objetivos e metas definidos para os programas de inclusão digital do governo federal, acompanhando as ações, assim como supervisionar e orientar as mesmas e também executar, monitorar e avaliar a implementação do Programa de Inclusão Digital do Governo Federal em âmbito interno e externo. Dentre as iniciativas em que o governo vem investindo algumas das que estão em funcionamento atualmente são (MC, 2015):

a) Gesac (Programa Governo eletrônico - serviço de atendimento ao cidadão), um programa que prove internet banda larga gratuitamente a telecentros, escolas, unidades de saúde, aldeias indígenas, postos de fronteira e quilombos. O programa é mais voltado para regiões isoladas, que apresentam estado de vulnerabilidade social.

b) CRCs (Centros de Recondicionamento de Computadores) fazem parte deste projeto computadores para inclusão, onde promovem através de oficinas e cursos a capacitação de jovens de baixa renda, além de que os computadores recuperados



são doados a escolas, bibliotecas e telecentros. O programa também busca incentivar a conscientização sobre o descarte de resíduos eletrônicos. A ação é realizada atualmente em parceria com instituições que se responsabilizam por realizar a formação dos alunos e o condicionamento dos equipamentos.

c) PID (Ponto de Inclusão Digital) mais conhecido como telecentro, são espaços que possuem computadores conectados a internet e oferecem cursos e oficinas gratuitos, visando atender as necessidades da comunidade local.

d) Redes digitais da cidadania é um programa criado no ano de 2012, que beneficia dez estados da federação: Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, Paraíba, Sergipe, Amazonas, Paraná e Acre. Promove em parceria com as FAPs (Fundações de Apoio a Pesquisa), formação e qualificação para o uso das tecnologias de informação e comunicação e da internet em espaços públicos de acesso livre.

e) Inclusão digital da juventude rural esta ação é uma parceria entre a Secretaria de Inclusão Digital e a Secretaria da Juventude da Presidência da República, foi criada com objetivo de capacitar jovens de áreas rurais no uso das TICs. Iniciou em 2011 com a seleção de 41 projetos propostos por 28 instituições públicas federais, se encerraram no ano de 2013 com 6,4 mil jovens capacitados. Cinco destes projetos foram estendidos até 2015, receberam um investimento de R\$ 3,3 milhões, e estão sediados nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Piauí e Ceará e são desenvolvidos em parceria com universidades federais. Este projeto beneficia além de jovens agricultores, indígenas e comunidade quilombolas.

Segundo o MC (2015), já se preparou mais de 4 mil alunos para atuarem em telecentros. No estado do Paraná, a SEAE (Secretaria para Assuntos Estratégicos), transformou os telecentros em centros de aperfeiçoamento profissional, onde além de oferecer o espaço com equipamentos adequados, o foco das oficinas esta em profissionalizar o cidadão para sua inserção no mercado de trabalho. Uma cidade que participa desta iniciativa é Medianeira, na região oeste do estado, onde funciona a Biblioteca Cidadã de segunda a sexta das 07:00 as 18:00.



A CELEPAR (Companhia de Informática do Paraná) desenvolve o programa Telecentros_Paranavegar sendo que o objetivo deste projeto é providenciar computadores e acesso a internet para todos no estado do Paraná, capacitando agentes da própria comunidade local para realizarem toda a articulação entre o programa e os participantes (CELEPAR, 2015).

Estes telecentros são geridos com a participação efetiva da comunidade, a partir do momento em que seja possível sustentá-lo ela assume total responsabilidade pelo mesmo, tanto no aspecto de gestão quanto relativo aos custos na manutenção da infraestrutura. É priorizado as cidades com menor índice de desenvolvimento humano. Os telecentros são espaços abertos a toda comunidade com principal objetivo de usar a inclusão digital como estratégia de justiça social, pois o indivíduo com habilidades advindas da tecnologia, adquire condições de conquistar conhecimento e melhorar sua renda (Celepar, 2015). O programa é um convênio entre o governo do Estado e os parceiros da comunidade que o acolhe. A Celepar fornece instalação, capacitação inicial, divulgação, a capacitação contínua, a formação dos agentes locais de inclusão digital entre outros auxílios na supervisão e gestão.

No município de Cascavel – PR, a Prefeitura promove juntamente com a secretaria de educação projetos como o de ensino de programação para alunos do 4º e 5º ano do ensino fundamental, visando a inclusão de alunos e a inclusão das práticas de tecnologias da informação e comunicação na educação. Por este projeto o município recebeu um prêmio no ano de 2014 (Prêmio ARede de Inclusão Digital, promovido pela revista ARede, por meio da Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) Bit Social), que contempla anualmente os melhores trabalhos desenvolvidos no Brasil. A cidade tem sido exemplo para muitos municípios com seus projetos.

O município deu início, recentemente, ao projeto Escola.com que visa à inclusão digital dos alunos, disponibilizando netbooks para trabalhos em sala de aula. Os equipamentos contam com programas, como o *scratch* que permite ensinar programação de maneira lúdica. (...) Em todas as escolas do município, os alunos têm no mínimo 50 minutos de aula no laboratório todas as semanas. Em média 20 escolas, já adotaram o projeto (Jornal A Voz do Paraná, 2015, p. 1).



O município de Cascavel conta também com um CEUs (Centros de Artes e Esportes Unificados), um espaço público de iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, que objetiva a realização de oficinas para promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social são realizadas oficinas de inclusão digital. Foi realizada uma entrevista com a professora dos cursos ministrados, para a qual questionou-se quais os objetivos do projeto, e a mesma respondeu que as oficinas tem como objetivo habilitar os interessados às novas tecnologias da informação e comunicação, à educação e a participação, possibilitando a construção de uma cidadania criativa. Com relação as oficinas, a entrevistada respondeu que estas têm público definido e são divididas por faixa etária: crianças de 7 a 11 anos, adolescentes de 12 a 17 anos, adultos de 30 a 59 anos, e idosos com mais de 60 anos. Para as crianças e adolescentes são ministradas aulas de instrução dos programas Windows, Word, Power Point, Publisher, Excel e internet. Para adultos e idosos são ministradas aulas de tipos de computadores, Windows, Word, e-mail e suas particularidades, redes sociais como Facebook, envio de mensagens, inclusão de fotos, envio de imagens, transferência de imagens para o computador, entre outras. A entrevistada finalizou informando que no Município de Cascavel as aulas acontecem toda segunda, quarta e quinta-feira em períodos matutino, vespertino e noturno, atendendo em média de 15 a 20 alunos por turma.

Outros projetos de instituições privadas também aconteceram no município. Uma empresa privada do ramo de aviário, ramo da economia que mais emprega na região, realizou até o ano de 2012 o projeto informática integrada, a proposta deste era integrar conhecimentos em informática junto ao desenvolvimento socioeducativo do aluno. Formou o total de 250 alunos da comunidade e passa atualmente por uma reestruturação que busca equipamentos mais novos e modernos (INSTITUTO GLOBOAVES, 2015).

A UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) também desenvolve um programa de inclusão digital chamado Treinamento de Noções Básicas de Informática, tendo desdobramentos em outros projetos, como extensão do curso de Ciências da Computação, desde 2003, e já atendeu mais de mil pessoas de toda a comunidade (PROJETO GUARDA MIRIM, 2015).

Foi realizada uma entrevista semi-estruturada a um dos colaboradores do programa, onde questionou-se inicialmente sobre o público participante do projeto. O respondente informou que os cursos do projeto são - ministrados por turmas: Turma com alunos da Guarda



mirim, Turma com Pais/parentes dos alunos da guarda mirim, Turma com Comunidade do Bairro Jardim Universitário, ou seja, o público participante são moradores locais onde a universidade está inserida. Com relação aos objetivos que o curso visa alcançar, o entrevistado informou que busca-se capacitar os participantes na utilização de programas aplicativos em software livre discutindo suas potencialidades e usos, principalmente na geração de material que permita o registro, documentação, preservação e divulgação das manifestações culturais e registros, análises e monitoramento ambiental das comunidades às quais eles pertencem. Também objetiva construir uma consciência de valorização de práticas sociais locais através da realização de palestras e oficinas temáticas construídas a partir dos temas gerais de interesse e preocupação dos adolescentes. E ainda, busca desenvolver materiais lúdicos, usando ou não meios digitais, voltados a temas gerais de interesse e preocupação dos adolescentes, como a violência, o desemprego, as drogas, o meio ambiente, a fome, a miséria, a cultura, o esporte, o lazer, a saúde, entre outros a serem levantados.

Em relação aos resultados alcançados com o projeto, o entrevistado respondeu que os participantes puderam conhecer e utilizar os recursos de informática, assim como também aprender a criar textos e apresentações próprios a partir dos conhecimentos adquiridos nos cursos. Com isso, eles puderam desenvolver habilidades que permitam sua inserção/inclusão no mundo digital e, conseqüentemente, no mercado laboral. A partir dos conhecimentos recebidos, os participantes têm condições de criar materiais que preservem a identidade social, cultural e ambiental da comunidade onde estão inseridos e compartilhem estas expressões através da disponibilização do material gerado na Internet. Também contribuiu para sua formação individual servindo de suporte e prevenção ao uso das drogas, doenças infecciosas e parasitárias, gravidez e estímulo a uma vida mais saudável. Também pode ser percebido o reconhecimento e valorização das práticas sociais existentes nos seus espaços de pertença, contribuindo na construção de uma consciência de cidadania e de respeito aos elementos que compõe a identidade social da qual cada indivíduo está inserido, bem como das expressões culturais das famílias e da comunidade que compõe o bairro que será objeto de estudo e investigação. Os materiais lúdicos desenvolvidos com o uso da informática puderam tornar as informações mais atraentes, uma vez que os conteúdos são trabalhados de acordo com a realidade vivencial do jovem, possibilitando a incorporação eficiente das novas informações à sua estrutura cognitiva. A disponibilização desses materiais via Internet



permite que o resultado da atividade de produção de material educacional lúdico e digital pelos jovens, alcance maior número de pessoas, proporcione diferentes tipos de aprendizado e possibilite ainda que o aprendizado seja divertido e exercido com criatividade, pelo uso de diferentes meios.

Todo o projeto foi uma iniciativa dos professores do curso que perceberam a necessidade de auxiliar grupos da comunidade a inserir-se na vida digital assim como divulgar o curso da universidade e suas vertentes em contrapartida social. Os participantes do projeto pretendem ampliar a execução das oficinas nos próximos anos para atingir um público maior de participantes, e alguns alunos do curso de ciências da computação estão em fase de desenvolvimento de oficinas que possam ser aplicadas em escolas públicas para estimular os estudantes em outras áreas da computação como programação, Tecnologias da Informação e afins. Este programa realizado pela Universidade abrange número inestimável de pessoas de forma direta e indiretamente, sendo uma ferramenta de transformação social que procurou integrar os interesses dos participantes às ferramentas tecnológicas, e acima de tudo uma iniciativa que mostra a importância de que todos se envolvam em busca de minimizar as diferenças sociais, motivando a um comportamento contínuo que passa de professores para alunos.

Diante das informações obtidas percebe-se que há uma preocupação constante do da iniciativa pública e privada em investir em projetos que promovam a inclusão digital, e que estejam de acordo com a realidade local garantindo melhor aproveitamento, embora esteja longe de ser uma realidade para todos, o passo inicial para que este processo aconteça foi dado e recebeu apoio das comunidades que entenderam a importância de dar suporte e auxiliar o governo a implementar estas ações.

4 Conclusão

O objetivo deste trabalho foi ilustrar como ações de inclusão digital podem funcionar como forma de transformação e capacitação dos indivíduos. Pode-se concluir com base nas discussões, que os indivíduos que participam destes projetos recebem o suporte necessário para se desenvolverem, tem acesso a ferramentas que ajudam em sua qualificação, saem se sentindo inseridos socialmente e digitalmente com habilidades que o impulsionam para o



mercado de trabalho e para buscar novos conhecimentos, avançando cada vez mais em seu processo de desenvolvimento e transformação, que é, conseqüentemente, transposto para a comunidade onde ocorre a aplicação de todo conhecimento adquirido.

Entretanto, percebe-se que esta capacitação e transformação ocorre pelo potencial que não está diretamente relacionado pela presença de computadores ou de acesso a internet, mas sim do profissional que se compromete com a capacitação e formação do indivíduo por meio do ensino, da pesquisa e da valorização que este dá para estas práticas, e também na maneira com que os usuários vão fazer uso do conhecimento obtido nestes programas de inclusão digital para sua transformação e crescimento.

O reflexo da temática dá margem a futuros desdobramentos de pesquisa como discutir a inserção da tecnologia nas escolas, como capacitar o indivíduo para agir de forma empreendedora com o auxílio da tecnologia, e até mesmo discutir a deficiência tecnológica que influencia diretamente na economia do país.

Referências

- CELEPAR (Companhia de Informática do Paraná) – 2015. Disponível em <<http://www.celepar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=504>> Acesso em: 11 out. 2015.
- CRUZ, R. **O que as empresas podem fazer pela inclusão digital**. São Paulo: Instituto Ethos, 2004.
- FREIRE, I. M. Da construção do conhecimento científico à responsabilidade social da ciência da informação. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 12, n. 1, 2002. Disponível em <<http://www.isafreire.pro.br/FREIREInforSociedade2002.pdf>> Acesso em: 28 set. 2015.
- GOUVÊA, R. Q. Ética e cidadania: a busca humana por valores humanos. In: **Um Olhar sobre cidadania**. São Paulo: Mackenzie, 2002. p. 9-30. (Coleção Reflexão Acadêmica).
- IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/>> Acesso em: 09 set. 2015.
- IBOPE (INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO E ESTATÍSTICA)-2015 Disponível em:< <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/No-Brasil,-maioria-dos-internautas-s%C3%A3o-mulheres-.aspx>> Acesso em: 25 set. 2015.



INSTITUTO GLOBOAVES – 2015. Disponível em <
http://www.institutogloboaves.org.br/?page_id=325>Acesso em: 09 out. 2015

JORNAL A VOZ DO PARANÁ – 2015. Disponível em .>
<http://www.jornalavozdoparana.com.br/prefeitura-de-cascavel-e-destaque-com-programa-de-inclusao-digital/>> Acesso em: 10 out. 2015.

MC (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES) – 2015. Disponível em<
<http://www.mc.gov.br/sala-de-imprensa/todas-as-noticias/institucionais/36744-mc-e-movimentos-sociais-debatem-politica-de-inclusao-digital> >Acesso em: 09 out. 2015.

NAZARENO, C.; BOCCHINO, E. V.; MENDES, F. L.; PAZ FILHO, J. S.. **Tecnologias da Informação e sociedade**: o panorama brasileiro. Câmara dos deputados, coordenação de publicações, Brasília, 2006.

PROJETO GUARDA MIRIM - 2015. Disponível em <
<http://www.inf.unioeste.br/guardamirim/>> Acesso em 10/setembro 2015.

SEAE (SECRETARIA PARA ASSUNTOS ESTRATÉGICOS) – 2015. DISPONÍVEL EM
<<http://www.seae.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=237> > Acesso em: 10 out. 2015.

SILVA, H.; JAMBEIRO, O.; LIMA, J.; BRANDÃO, A. M., **Inclusão digital e educação para a competência informacional**: uma questão de ética e cidadania. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n1/a04v34n1> >. Acesso em: 26 set. 2015.